

GUERRA FRIA NO BRASIL DE 1964: A construção do poder moderador tácito e anticomunista das Forças Armadas

Juan Martinez Bender¹

RESUMO: O presente artigo visa a proposição de reflexões acerca do papel exercido pelas Forças Armadas brasileiras perante o contexto político, ideológico e econômico da Guerra Fria. Como norteadores da análise, serão apresentados elementos que semearam a ideologia anticomunista no seio da doutrina militar, a partir do influxo de países como China, Cuba e União Soviética; bem como as diferentes interpretações que validaram o emprego moderador das Forças Armadas, não apenas no imaginário popular, mas no âmbito da historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Forças Armadas. Guerra-Fria. Comunismo. Regime Militar de 1964.

INTRODUÇÃO

Trinta anos após a dissolução da URSS e o conseqüente término da Guerra Fria, ainda é amplo o debate que enfatiza a influência norte-americana na ruptura institucional de março de 1964. Sem negar a influência de Washington, é possível, sem embargo, complementar o *roll* de países que tramaram nos bastidores da política brasileira nos anos em que a “Cortina de Ferro” pairou sobre o mundo. O general de Exército, Eduardo Villas Bôas, comandante da instituição nos anos de 2015 a 2019, traz à pauta, no livro *Conversa com o Comandante*, algumas lacunas sobre os efeitos da Guerra Fria em solo brasileiro:

No Brasil, a Guerra Fria nunca foi estudada em profundidade, daí a existência de uma visão unilateral em alguns setores da sociedade. [...] Nunca foram levados em conta os imperativos da geopolítica então vigentes, a expansão do mundo comunista, as internacionais socialistas e o apoio de Cuba, da China e da União Soviética à luta armada na América Latina (CASTRO, 2021, p.49).

Na medida em que o referido processo lança lentos passos rumo ao passado histórico, novas análises – sutilmente distanciadas – possibilitam um olhar metodológico no confronto entre novas e velhas fontes, oriundas, também –

¹Licenciado em História pela Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP; Especializado em Literatura Brasileira pela Faculdade de Educação São Luís, em Jaboticabal, SP. Atualmente é Pós-Graduando em História Geral pela Faculdade Focus, no Paraná. E-mail: juanbender@live.com.

mas não apenas – da flexibilização de regimes outrora fechados, como é o caso da Tchecoslováquia, cujos arquivos incluem-se entre os abordados no presente artigo.

“Nenhum país é uma ilha. A história do Brasil escreve-se dentro da conjuntura universal”, nos diz Hélio Silva (1984, p.345). É a partir do esforço de realocar os fatos em sua devida conjuntura histórica, que este trabalho visa discorrer sobre as lacunas apontadas, em especial, a expansão comunista enquanto motivadora da ruptura institucional no Brasil de 1964. Para esse propósito, será apresentado um breve panorama dos eventos que semearam o anticomunismo em parcela da sociedade civil e militar, bem como as diferentes interpretações que, naquele contexto, legitimaram o emprego daquele que foi entendido como o poder moderador das Forças Armadas.

1. ORIGEM DOS VETORES EM CHOQUE NO MARÇO DE 1964

Ainda que o nascimento simbólico do Exército remeta ao século XVII com a expulsão holandesa, historiadoras como Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 298) defendem a guerra contra o Paraguai (1864-1870) como o episódio que garantiu a consolidação da Instituição como detentora de uma representativa social até então desconhecida. Para as autoras de *Brasil: uma biografia*, o findar do conflito fez emergir das fileiras do Exército o espaço para a defesa de pautas próprias, como a defesa republicana e a abolicionista. A famosa imagem do nascimento do Exército, na Batalha dos Guararapes, não por acaso, foi pintada por Victor Meirelles também após a Guerra do Paraguai. Para Fausto, a Guerra do Paraguai teve como maior consequência:

[...] a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. [...] combatentes como Deodoro e Floriano, representando tendências diversas, iriam se tornar figuras centrais da queda do Império e dos primeiros anos da República (FAUSTO, 2016, p.216).

Tal representatividade, social e política, instrumentalizada por setores descontentes com o Império, alçaria o Exército a condição de proclamador da República, naquela que seria a primeira de uma série de intervenções políticas que encontrariam ápice na segunda metade do século XX.

É possível observar que os vetores em choque no Brasil de 1964, possuem raízes temporais em comum: o mesmo ano de 1864 que inaugura a Guerra do Paraguai – marco da consolidação social do Exército - é também o da fundação da Primeira Internacional Socialista, em Genebra (Suíça), tendo o próprio Karl Marx

como um de seus dirigentes. Cem anos depois, ambos os distintos marcos, situados em lados opostos, se colidiriam na linha do tempo, sob o contexto da Guerra Fria. É necessário analisar as circunstâncias sob as quais esses vetores se posicionaram em lados conflitantes.

O alvorecer do Século XX se dá com a Primeira Grande Guerra e, decorrente desta, a Revolução Russa de 1917. No Brasil, as Forças Armadas viviam um período de experimentação doutrinária e afirmação da representatividade conquistada frente a uma Guerra Mundial prometida como “aquela que acabaria com todas as guerras” (BLANC, 2019, p.11). A conseguinte escalada de expansão marxista, com unificação da URSS e fundação do primeiro Partido Comunista do Brasil em 1922, é concomitante à organização do operariado brasileiro e do Movimento Tenentista que traria militares de volta às pautas políticas. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 336-337), a classe operária tornava-se um novo protagonista na vida pública do Brasil - dado materializado pelas cerca de quatrocentas greves, estouradas entre 1900 e 1920, de caráter reivindicatório ou de natureza explicitamente política. Em 1917, a greve atingiu de 50 mil a 70 mil operários no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1922, a liderança desses movimentos ficaria a cargo do recém-criado Partido Comunista, inicialmente denominado Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), posto na ilegalidade três meses após fundado (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p.54). Sobre a exportação do ideário comunista, no entanto, escrevem Prado e Pellegrino (2021, p.118):

Em praticamente todos os países da América Latina, os partidos comunistas nasceram nesse período – Argentina, 1918; Brasil, 1922; Cuba, 1925; Colômbia, 1930; Peru, 1930. Eles estavam filiados à Terceira Internacional Comunista, cuja sede estava em Moscou, e que congregava os partidos comunistas de todo o mundo, determinando diretrizes políticas gerais que deviam ser acatadas.

Sobre a fundação no Brasil e sua ligação com Moscou, o trabalho investigativo de Waack (1993, p.30) revela que o partido:

[...] jamais se libertou de sua subserviência ao PC soviético, o qual, até seu desaparecimento em 1991, manteve sob estrito controle a direção política do PCB, o modo como eram escolhidas suas lideranças e seus processos de formação ideológica. Fundado em 1922, o PCB realizou às pressas seu primeiro congresso apenas para poder enviar delegados ao IV Congresso da Terceira Internacional, em Moscou.

A despeito da adesão operária, a tentativa estratégica de inserção do Partido Comunista no meio militar alcançaria êxito somente na década seguinte, com a

adesão do influente líder tenentista, Luís Carlos Prestes. Segundo o professor de Teoria Política da Unesp, Paulo Ribeiro da Cunha (2011, p.5), a adesão de Carlos Prestes ao PCB significou a transição do “qualitativo para o quantitativo em relação à presença dos comunistas no Exército”.

A atuação do capitão na Coluna – que atravessou 24 mil quilômetros e chegou a contar com 1500 homens (FAUSTO, 2008, p.310) – o alçava a uma posição de misticismo e prestígio no meio militar. Desencadeador político da Revolução Liberal de 1930, o Movimento Tenentista impactou a percepção de uma geração de militares sobre os próprios papéis a serem desempenhados nos destinos da nação.

O então cadete Sylvio Frota (2006, p.40)⁶, ingresso em 1928 na Escola Militar de Realengo, relata entusiasmo dos cadetes com o movimento revolucionário que ambicionava moralizar o país, quando, em outubro de 1930, um avião militar que sobrevoava Realengo foi aplaudido pela Escola Militar por despejar anúncios da adesão da Vila Militar à revolução.

Sobre a correlação entre Revolução Russa de 1917 e o movimento tenentista brasileiro, dizem Koshiba e Pereira (2003, p.413-414):

Apesar do caráter conservador do tenentismo, sua maior influência foi, curiosamente, sobre as organizações da esquerda brasileira. Como em todo o mundo, a vitoriosa Revolução Russa de 1917 teve um impacto sobre o Brasil. Antes de 1917, o cenário das lutas operárias no país era dominado pelo anarquismo, cuja tática era o enfrentamento direto com os patrões. Essa prática foi abandonada em favor de uma organização hierarquizada e disciplinada, de inspiração comunista, num sentido muito próximo aos anseios tenentistas. Isso tornou possível um intercâmbio entre os dois movimentos, cuja expressão máxima foi a adesão de Luís Carlos Prestes ao Partido Comunista e sua transformação no mais célebre líder comunista brasileiro.

Essa mesma geração de cadetes e tenentes revolucionários – posteriormente marcada pelas mortes de pares na Intentona Comunista de 1935 e pelo alinhamento doutrinário pós-guerra à concepção norte-americana de Segurança Nacional (FAUSTO, 2008, p.453) – ocuparia finalmente espaço na condução política do Brasil, primeiramente, como interventores nos bastidores do governo Vargas; e, mais tarde, assumindo o poder Executivo a partir de 1964. Entre os tenentistas, estava Arthur de Costa e Silva, futuro articulador do 31 de março e segundo presidente do Regime Militar.

2. MARXISMO NOS QUARTÉIS E A INTENTONA DE 1935

Para além da influência no âmbito militar brasileiro, Waack (1993, p.55) revela

que a Coluna Prestes vinha sendo analisada desde 1927 enquanto empreendimento militar estratégico, por comunistas deveriam infiltrar-se entre as tropas (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p. 54) mostrou os primeiros resultados. Em 1933, um manifesto de teor marxista intitulado “Em prol da revolução social. Aos sargentos do Brasil”, circulava, conclamando que “os sargentos provinham da classe proletária, que é explorada pela classe burguesa”, sendo, portanto, dever dos sargentos, “levantarem-se de armas em punho para combater o regime” (CARVALHO, 2020, p.105). círculos da Internacional Comunista Foi no início dos anos 1930 que a diretriz soviética de que os partidos

Segundo Carvalho, as praças eram de fato recrutadas entre as camadas proletárias da população, diferentemente do que acontecia com os oficiais. Dessa forma, não é difícil compreender como o ordenamento hierárquico das Forças Armadas, tornou-se alvo e campo fértil para uma perspectiva marxista baseada na dialética luta de classes.

[...] Quando trabalhadas por elementos do Partido Comunista, as praças mais facilmente extrapolavam a dominação de que eram vítimas dentro da organização para a sociedade como um todo, alinhando-se com sua classe de origem e identificando os oficiais como inimigos, não só organizacionais, como também de classe (CARVALHO, 2020, p.105).

Finalmente, em 5 de julho de 1935, um manifesto foi emitido por Prestes conclamando as Forças Armadas a apoiar a Aliança Nacional Libertadora⁹ na realização de uma “revolução imediata”. Como resposta, o presidente Getúlio Vargas decreta a ilegalidade do movimento .

Ainda que clandestina, uma ligação entre a ANL e militares vinha sendo estabelecida, de acordo com Moraes e Viana (2009, apud VICENTINO, 2009, p.360-361):

Ao examinarmos a atuação da ANL, devemos perceber que o movimento sempre foi ativo dentro das Forças Armadas. O próprio Prestes mais tarde diria: “[...] era muito mais fácil construir o partido (comunista) dentro dos quartéis do que nas fábricas. Pode parecer paradoxal, mas era assim. Isso porque, depois do movimento de 30, estabeleceu-se uma grande anarquia nas Forças Armadas. Mas havia uma falha: o trabalho não era feito no sentido de organizar os soldados para apoiar o movimento operário. Era um trabalho meramente agitativo.

Em 1935 totalmente controlada pelo PCB, a ALN já contava com ramificações na Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil (CUNHA, 2011, p.7). De acordo com Carneiro (1989, p. 340):

Ao findar o ano de 1934, as Conferências Comunistas da Grande Ásia e da América Latina acertaram, por sugestão do russo Manuilsky e dos delegados brasileiros, desferir a revolução com um mínimo de condições favoráveis, em vez de protelá-la com a demorada infiltração. Para a preparação do movimento no Brasil, particularmente no Nordeste, foi designado o alemão Artur Ernest Ewert ou Harry Berger, ex-deputado comunista ao Parlamento Alemão e membro da Terceira Internacional, além do secretário-geral do PC argentino, Rodolpho Ghioldi, e de outros funcionários de menor categoria. Todavia, como esses enviados de Moscou só poderiam agir nas sombras, mobilizou-se Luís Carlos Prestes para, galvanizando seu prestígio, articular o golpe militar apoiado nas massas [...]

De acordo com Waack (1993, p.107), para a execução da operação, foi criada uma rede de suporte envolvendo contatos do PCB alocados em Paris, Montevideu e Buenos Aires. Para o autor, no entanto, a leitura do planejamento soviético indica que a Intentona, a princípio, não deveria transparecer um movimento comunista, mas sim uma insurreição vinculada aos ideais da coluna Prestes (WAACK, 1993, p.59).

Os estudos de Carneiro e Waack evidenciam um aspecto que seria constantemente ressaltado no meio militar a posteriori: a presença de estrangeiros em uma tentativa de revolução brasileira. A peculiaridade fora abordada, por exemplo, na Ordem do Dia emitida pelo general Sylvio Frota em 27 de novembro de 1974, transcrita em Noticiário do Exército nº 4.214 de mesma data, e segundo a qual a Intentona de 1935 rompe com um padrão de espírito nacionalista e patriota encontrado no âmbito de revoltas brasileiras, por conter, entre suas peculiaridades, a participação de militantes estrangeiros (CARVALHO, F., 1981, p.471).

Essa perspectiva de interpretar a Intentona como uma revolta “fora dos padrões” pode ser encontrada também nos estudos de Natália Vial de Oliveira (2010, p.3) acerca da forma como a Intentona Comunista foi retratada na editora Biblioteca do Exército - a Bibliex. Publicado no “calor do momento”, o livro *Em Guarda contra o Comunismo* (1937), por exemplo, procurou diferenciar qualitativamente a Intentona de movimentos como Confederação do Equador e Revolução Farroupilha. Assim, para Oliveira (2010, p.6), não se pode ignorar o fato de que a Intentona tornou-se peça fundamental em uma batalha ideológica.

Em caráter simbólico, de Revolução Russa de 1917. Em Natal, Rio Grande do Norte, onde a revolta foi antecipada em quatro dias para 23 de novembro, um Comitê Popular Revolucionário chegou a ser instalado por três dias, simbolizando, de acordo com Carneiro (1989, p.341-342), “o único governo de caráter comunista já implantado no Brasil”.acordo com Carneiro (1989, p.341), Prestes escolheu o mês de novembro, tão representativo para os simpatizantes da

Quase todas as repartições públicas estaduais e federais foram saqueadas e arrombadas; os cofres do Banco do Brasil, Banco do Rio Grande do Norte, Delegacia Fiscal e Recebedoria de Rendas, abertos a maçarico, tiveram documentos valiosos espalhados pelo chão (CARNEIRO, 1989, p.342).

Enquanto na revolta do Rio Grande do Norte os mortos “não chegaram a vinte”; em Pernambuco, estado designado por Prestes para a sede do Secretariado no Nordeste, deu-se o levante de maior impacto, totalizando, segundo Carneiro (1989, p.344 e 347), 720 mortos, considerando apenas Recife.

Após o estado de sítio, decretado em 26 de novembro para todo o país, irrompeu-se ainda o levante do então Distrito Federal, em Praia Vermelha e em Campo dos Afonsos, onde, segundo o inquérito, deu-se o repercutido assassinato de militares enquanto dormiam, na guarnição da Escola de Aviação Militar (CARNEIRO, 1989, p.352).

Na capital, o levante deixou dezenove mortos e 167 feridos durante as doze horas de duração (CARNEIRO, 1989, p. 354). Segundo Giorgis (2018), no entanto, o saldo total da Intentona ficou em pouco acima de 100 mortos, entre civis e militares, além de 500 mutilados e feridos. Não há menção de que nesses dados estejam computados, por exemplo, a “queima de arquivo” que atingiu a militante Elza Fernandes, militante do PCB, morta estrangulada em 1936 (WAACK, 1993, p.295).

O acesso aos documentos produzidos em Moscou possibilitou ainda a revelação sobre a estrutura de custos por trás do financiamento da Intentona:

Moscou tinha em sua contabilidade cerca de 80 mil dólares dedicados à operação brasileira, cerca de 5% de tudo o que o Exército Vermelho gastou naquele ano com espionagem no exterior, especialmente em relação à Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, países nos quais, por motivos óbvios, concentrava-se sua atenção (WAACK, 1993, p.212).

O autor constata ainda que havia disparidade de salários entre os envolvidos, ficando reservado a Carlos Prestes o maior valor: uma quantia de um terço de todo o valor destinado ao pessoal (WAACK, 1993, p.211).

Ao analisar a antologia, *Lembraí-vos de 35!*, que compila Ordens do Dia da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, verbalizadas ao longo de 45 anos, é possível ter uma dimensão da conservação – se não cultivo – do sentimento anticomunista no meio militar. Para o professor Paulo Ribeiro da Cunha (2011, p.11) o anticomunismo resultante da Intentona e semeado nas gerações de oficiais seguintes, forneceu os argumentos, ainda que questionáveis, para as rupturas institucionais subsequentes que ocorreriam em 1937 e, mais tarde, em 1964.

3. A GUERRA FRIA CHEGA AO BRASIL

Foi em 1945, marco inaugural da Guerra Fria e mesmo ano em que Carlos Prestes elegeu-se senador da República, que, do outro lado do mundo, a Tchecoslováquia criou sua polícia secreta de Segurança Estatal (StB) - importante serviço secreto que, ligado à KGB, atuaria no Brasil entre os anos de 1950 e 1960. No Brasil, atendendo aos interesses políticos, Prestes agora definia-se pela aliança com Getúlio Vargas - o mesmo que, anos antes, enviara sua esposa Olga Benário à Alemanha nazista, para morrer na câmara de gás. Para Daniel Aarão Reis Filho (2002, p.70), entretanto, “nada fora esquecido”, os comunistas apenas estavam convencidos do valor estratégico que a aliança com o influente político poderia propiciar ao partido. De fato, de volta à legalidade desde 1945, o crescimento do PCB tornara-se fulminante em velocidade e amplitude até ser novamente cassado em 1947, quando, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, o Brasil também rompeu os laços com a União Soviética.

De volta aos subterrâneos da política, os comunistas se debruçaram sobre novas teses de radicalização. De acordo com Filho (2002, p.76), a formulação de textos políticos - como o manifesto de janeiro de 1948 e, principalmente, o de agosto de 1950 - ganharia sofisticação com o IV Congresso do PCB, consolidando entre a militância a imagem de um Brasil de resquícios feudais e oprimido pelo imperialismo norte-americano. Para solucioná-los, o partido propunha uma revolução “democrático-popular”, o que em seus próprios termos significava “uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e anti-imperialistas”, comandada pela classe operária e pelo Partido Comunista (FILHO, 2002, p.77).

Enquanto isso, na Escola de Estado Maior do Exército, os currículos militares passaram a ser readequados, substituindo a influência da doutrina militar francesa pela doutrina norte-americana. A coordenação dessa tarefa coube ao recém regresso da 2ª Guerra, o coronel Castello Branco, agora diretor-geral de ensino da ECEME (NETO, 2019, p.161).

O rompimento diplomático entre Brasil e URSS bem como a nova retórica de programa do PCB permeavam a lenta configuração da Guerra Fria, impulsionada, desde 1947, pela Guerra da Coréia; e, logo em 1949, pela Revolução Chinesa. O mundo assistiria no mesmo ano a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a excomunicação de comunistas pelo decreto do Santo Ofício da Igreja Católica.

Ainda que o mundo pós 2ª Guerra contasse com uma Organização das

Nações Unidas (ONU) para promover a paz, uma de suas maiores e imediatas representações simbólicas – a Declaração Universal de Direitos Humanos – logo se revelaria violável. De acordo com historiador Martin Gilbert (2017, p.373):

A União Soviética e o bloco soviético, embora signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos – documento no qual todos os governos atrás da Cortina de Ferro tinham acrescentado sua assinatura em 1948 – continuaram a desconsiderá-los, enquanto o controle comunista se fortalecia além das fronteiras soviéticas.

No contexto mundial da corrida armamentista, o ano de 1949 marca também a busca da URSS por um programa de pesquisas que alcançasse os EUA na produção de tecnologia nuclear e bomba atômica. Objetivo que, Segundo Kataoka (2012, p.42), seria atingido por meio da espionagem.

É precisamente neste cenário internacional de contra-inteligência e serviços secretos, que, no Brasil de 1949, é criada a Escola Superior de Guerra (ESG) pelo Alto-Comando das Forças Armadas com inspiração no National War College norte americano (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.440). Por meio da ESG, elaborou-se a concepção de segurança nacional adequada ao cenário da Guerra Fria, enfatizando a atividade de inteligência para a eficiência do Estado. De acordo com Pietro Sant’Anna (2019, v.18, p. 16):

Após o National Security Act, assinado pelo presidente Truman em 1947, ações "subversivas", que contrariassem os objetivos nacionais – políticos, econômicos, ideológicos –, foram também enquadradas como ameaça à nação, o que abriu caminho para todo tipo de perseguição política. O Brasil, principal aliado dos EUA no Cone Sul, rapidamente se adequou à nova Doutrina. Isso foi oficializado em 1949, com a fundação da Escola Superior de Guerra. A formação dos oficiais brasileiros passou a se apoiar na concepção norte-americana de Segurança Nacional e de anticomunismo. Com a chegada dos militares ao poder, a Doutrina se tornou lei.

Segundo Boris Fausto (2008, p. 453), a doutrina da segurança nacional, gerada no âmbito da ESG, incluiu a elaboração de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico”. A abertura da ESG aos civis, firmaria o entrelaçamento dos círculos ESG-IPES-IBAD na convicção de um regime político considerado capaz de impedir o avanço comunista e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. O próprio Humberto de Alencar Castello Branco, em seu penúltimo discurso como presidente, afirmaria que, de fato, “as doutrinas da segurança nacional e desenvolvimento, teorizadas na ESG, haviam sido incorporadas por seu governo nas

leis, organizações e constituição brasileiras” (STEPAN, 1975, p.179).

4. O FATOR CHINA

Proclamada em 1949, após uma série de revoltas patrocinadas pela URSS no Sudeste asiático, a Revolução Chinesa estatizou a indústria e coletivizou agricultura, pondo fim a propriedade privada. O êxito da concepção de guerra popular, com emprego do campesinato e da guerrilha rural, enfatizava a propensão revolucionária dos povos do Terceiro Mundo. Assim, segundo o historiador Jacob Gorender (2014, p.86), a propagação de revoluções como a cubana, a argelina e a Revolução Cultural chinesa, seduziram a juventude brasileira dos anos 1960.

Em 1956, a revelação dos crimes cometidos em solo soviético por Josef Stalin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, não foi bem assimilada em específicos círculos que a entenderam como um embaraço na implantação do projeto socialista (SERVICE, 2021, p.364).

Os comunistas custaram a acordar para aquele pesadelo. No início, em face dos murmúrios crescentes e da infernal boataria, a direção do partido fechou-se em copas, simplesmente não se comentava o assunto, era um tabu. Um pouco mais tarde, quando a imprensa mundial começou a publicar o relatório na íntegra" e o ruído se transformou em barulho, ensurdecador, o partido passou a atribuir aquilo tudo a manobras e infâmias da "imprensa capitalista" (FILHO,2002, p.83).

O ditador chinês, Mao Tsé-Tung, interpretou a situação como uma traição da causa (PIPES, 2014, p.107). A crise repercutiria no Brasil levando a divisão do Partido Comunista Brasileiro. Da dissidência, contrária a nova estratégia de “coexistência pacífica” defendida por Nikita Krushchev, nasceria, em 1962, o PCdoB com uma perspectiva ideológica pró-China (SILVEIRA; CARVALHO, 2016, p.56-57):

[...] o PCdoB encontrou má acolhida do PCUS e optou pelo alinhamento com o Partido Comunista da China. Em julho de 1963, um artigo de Maurício Grabois¹⁹ chamou o PCCh de destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial. Mao Tse-tung recebeu de Grabois o reconhecimento de maior teórico vivo do movimento comunista internacional, colocado no nível hierárquico de Marx, Engels, Lenin e Stalin. (GORENDER, 2014, p.40)

Ademais, para Gorender (2014, p.117) a atitude do PCdoB consistiu em “trocar a subordinação incondicional ao PC da União Soviética pela obediência também incondicional ao PC da China e ao seu líder Mao Tse-tung”. Ao longo dos anos 60, o maoísmo se popularizaria no âmbito de uma ala radical de esquerda que

logo passaria a reproduzir lemas maoístas, tais como: “os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil” (GORENDER, 2014, p.63).

A China do início dos anos 1960 – quando as mortes, frutos da coletivização forçada, já contabilizavam 30 milhões – vivia agora sua etapa de perseguição aos cultos (GILBERT, 2017, p.441 e p.454). Ainda que não seja possível precisar as circunstâncias sob as quais a prática refletiu nos círculos brasileiros identificados com o maoísmo, sabe-se que uma redefinição político-ideológica alcançou, por exemplo, os membros da Ação Popular, organização fundada por cristãos progressistas em 1962. Iniciava-se o fenômeno que Gorender (2014, p.44) denominou “esquerdização do pensamento católico”. Sobre a AP, Renato Mocellin (1999, p.35) observa que:

[...] a influência das ideias de Mao Tsé-tung e da Revolução Chinesa passou a ser muito forte dentro da organização. [...] O sectarismo tornou-se dia a dia mais intenso, chegando ao ridículo de exigir que os militantes fizessem uma "autocrítica de Deus".

Submetida a pressões ideológicas colidentes, a AP foi, segundo Gorender (2014, p.130), uma das organizações da esquerda brasileira de trajetória “mais sinuosa e eruptiva”. Com influência no movimento estudantil, entre outras entidades representativas, para Ridenti (2002, p.213 e p.227), estudar a evolução ideológica da AP pode contribuir para a compreensão sobre uma parcela da esquerda latino-americana. Um dos membros da comissão militar e dirigente nacional do grupo, o ex-padre Alípio de Freitas, seria posteriormente o arquiteto da explosão no aeroporto Guararapes em Recife, que, em julho 1966, resultaria em duas mortes e treze feridos, incluindo uma criança de seis anos (GORENDER, 2014, p.125-126). Segundo Reis Filho, Daniel Aarão e Jair Ferreira (1985, apud MOCELLIN, 1999, p.19):

[...] A experiência da guerra revolucionária chinesa, resumida nos escritos militares de Mao Zedong (forma diferente de transliterar o nome Mao Tsé-tung) também aspiraria a contestação às direções tradicionais da esquerda: a luta armada no campo; o cerco das cidades pelo campo; a importância do fator militar e do revolucionário como organização; [...] todas estas proposições apresentavam-se como alternativa aos laboriosos pactos políticos anteriores a 1964 e aos processos de lutas populares e manifestações pacíficas de pressão política aos poderes constituídos, dentro da lei e da ordem. As mensagens da revolução cubana e da revolução chinesa caíam como uma luva nas mãos impacientes por apertar gatilhos na Nova Esquerda.

Segundo Gorender (2014, p. 130), em janeiro de 1973, o Comitê Central da

Ação Popular Marxista-Leninista – dissidência da AP – decidiu por maioria a incorporação ao PCdoB, nele reconhecendo a autêntica vanguarda proletária. De acordo com Ridenti (2002, p.248), a fusão entre essas duas organizações teria sido incentivada pela própria China, que reconhecia no PCdoB o seu correspondente brasileiro oficial.

Quase uma década antes, ainda em março de 1964, visando seguir o revolucionarismo chinês, o PCdoB enviara seu primeiro grupo para treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim (VILLA, 2014, p.9 e 208). De acordo com Gorender (2014, p.119), até 1966, outras duas turmas seriam enviadas pelo partido para realização do mesmo curso. Dessa forma, motivados pela imitação do PCCh e inspirados em Mao, esses grupos posteriormente se distinguiram dos demais envolvidos na luta armada, por distanciar-se dos centros urbanos (GORENDER, 2014, p.120). Ainda, segundo Gorender (2014, p.121), a direção do PCdoB passaria a buscar o núcleo iniciador da guerra popular. Este local adequado seria encontrado na região amazônica, ao sul do Pará, onde, de maneira sigilosa e cautelosa, dar-se-ia, a partir de 1967, a fixação e preparação da Guerrilha do Araguaia.

5. O FATOR SOVIÉTICO

A ideia de preparação de guerrilhas no Brasil remete à Intentona de 1935, quando Prestes, já perseguido pela polícia, passou a cogitar o plano, ainda que não o tenha tirado do papel (WAACK, 1993, p.299). A pesquisa de Waack ajuda a compor o detalhado painel político da influência de Moscou nos rumos do Partido Comunista em solo brasileiro, desde sua origem até o contexto posterior à Intentona Comunista de 1935. Segundo o autor:

[...] as diretrizes, instruções ou "sugestões" de Moscou foram sempre a última palavra. Todas as decisões importantes do PCB, incluindo nomeação de dirigentes, plataformas ideológicas, programas políticos, e até mesmo querelas pessoais, foram tomadas atendendo instruções de Moscou ou dos seus enviados (WAACK, 1993, p.185).

Em 1990, a abertura dos arquivos da Tchecoslováquia por meio do Instituto para Estudos dos Regimes Totalitários, a partir do governo democrático eleito, possibilitou o conhecimento sobre a atuação do serviço de inteligência tchecoslovaco no Brasil - serviço que, segundo Kraenski e Petrilak (2017, p.392) foi também subordinado ao Partido Comunista da União Soviética.

Sabe-se que uma rezindura atuou no Rio de Janeiro por meio da embaixada

da República da Tchecoslováquia, a partir da segunda metade de 1952. Ainda que tenha rompido relações com a URSS em 1946, o Brasil não o fez com a Tchecoslováquia, país integrante ao bloco comunista do pós-guerra, com o qual manteve relações diplomáticas (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.41). De acordo com o antropólogo social, Flávio Gordon (2019, p.291):

[...] para além das tentativas cubano-soviéticas de ação militar, foi no terreno da propaganda e da guerra psicológica que o campo comunista obteve real sucesso no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria. Ali, era raro que a KGB conduzisse suas "medidas ativas" de maneira direta, preferindo atuar por meio dos seus "braços", os serviços secretos de países-satélites membros do Pacto de Varsóvia. Assim, por exemplo, o Oriente Médio costumava ser território do serviço secreto da Romênia, a Securitate, enquanto a América Latina estava majoritariamente sob "jurisdição" do serviço secreto da Tchecoslováquia, a StB (státní bezpečnost, "segurança do Estado").

Segundo Kraenski e Petrilak (2017, p.101 e 103), a rede de espionagem tcheca lentamente infiltrou-se em importantes instituições da vida política brasileira, repassando, a partir de 1957, informações confidenciais do gabinete presidencial, do parlamento e da Petrobras; e, dessa forma, articulando o reatamento entre Brasil e URSS, em novembro de 1961, materializado na reabertura de uma embaixada soviética no país (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.130). De acordo com os autores:

A StB cumprira bem a tarefa de se infiltrar nos mais altos níveis da política brasileira. O golpe militar de 31 de março de 1964 interrompeu bruscamente o desenvolvimento das promissoras — segundo o serviço de inteligência da Tchecoslováquia — relações com os políticos (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.166).

Entre os efeitos apurados está a interrupção do jornal "O Semanário" que, deixando de circular em setembro de 1961 por problemas financeiros, foi retomado em maio de 1962, agora financiado pela inteligência soviética (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.171-173). Ao falar sobre as atividades de desinformação do serviço de inteligência no exterior, Ladislav Bittman, espião tchecoslovaco, mencionou o caso diante de uma subcomissão do senado dos EUA:

[...] "Até 1964, o serviço de inteligência tchecoslovaco possuiu um jornal no Brasil. Após o golpe, a edição deste jornal foi interrompida pelo novo governo e o serviço tchecoslovaco perdeu, desta maneira, um canal para a sua propaganda". (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.189).

O mesmo espião é também aludido por Flávio Gordon (2019, p.292), quando

afirma que:

“Á época”, escreve Bittman, “a inteligência tcheca tinha vários jornalistas à sua disposição na América Latina. Ela influenciava ideológica e financeiramente muitos jornais no México e no Uruguai, e chegou a possuir um jornal político brasileiro até abril de 1964”. Entre aquelas operações de desinformação, a mais relevante para nós é a que, com base em documentos forjados pela inteligência tcheca, fabricou a lenda da orquestração americana do golpe de 1964, e cujos pormenores Bittman confessa em seu livro.

Na leitura dos relatórios de inteligência empreendida por Kraenski e Petrila (2017, p.194-195 e 198), os governos de Jânio Quadros e, posteriormente, o de João Goulart são definidos como “propícios às intenções soviéticas de produzir um movimento anti americano na América Latina”. O político e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, é também citado como hipótese para possíveis intermediações, enquanto o governador Leonel Brizola era visto com ressalvas. Os relatórios indicam que os problemas para a StB começaram depois de março de 1964, quando um dos contatos do serviço secreto recebeu a proposta para ocupar um cargo no, ainda em desenvolvimento, Serviço Nacional de Informações. Ainda que Prestes tivesse alertado tratar-se de um agente duplo, em 14 de maio de 1964 o suspeito finalmente levou o DOPS a prender um funcionário do serviço de inteligência da Tchecoslováquia:

Esta foi, até então, a maior derrota da StB no Brasil. [...] o funcionário do serviço de inteligência era diplomata e foi pego pela polícia em flagrante, recebendo documentos e entregando dinheiro por eles. Em 15 de maio a Central telegrafou à residência ordenando que interrompesse todas as atividades no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, e exigindo também informações detalhadas sobre o escândalo envolvendo Peterka (Kvita). Ele não podia ser preso pois estava protegido pela imunidade diplomática, mas foi expulso do país e aqui se encerrou a sua missão de espionagem no Brasil. (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.328)

As investidas no ramo da informação e contra-informação não seriam, entretanto, a única incursão soviética no Brasil da Guerra Fria. Em 1961, a divulgação do caráter socialista da Revolução Cubana – ocorrida dois anos antes – reformularia o tabuleiro do conflito não apenas no Brasil, mas na América Latina.

6. O FATOR CUBA

Para o professor Marcos Napolitano (2014, p.10), foi com a Revolução Cubana que a América Latina reforçou seu status de “territórios disputados da Guerra Fria”. Segundo Jacob Gorender (2014, p.90-91) a partir dos escritos de Ernesto Che

Guevara e de Régis Debray, a esquerda brasileira travaria contato com a teoria do foco, que inspiraria guerrilhas na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru. No âmbito da América Latina, a guerrilha de Sierra Maestra, junto aos nomes de Fidel Castro e Che Guevara, repercutiu sob proporções maiores do que a própria Revolução Russa (VILLA, 2014, p.381).

Em decorrência, novas estratégias norte-americanas passaram a ser adotadas para o continente, como, por exemplo, a criação de centros de treinamento para militares (AQUINO, 2015, p.630). Pela Escola Militar das Américas, na Zona do Canal do Panamá, passaram cerca de 80 mil militares, entre 1963 e 1983, incluindo militares brasileiros, que participaram de cursos de contraguerrilha urbana e de selva, além da preparação para a chamada ACISO (Ação Cívico Social). Nestes estabelecimentos foram disseminadas também as técnicas de interrogatório envolvendo a prática da “tortura científica”.

Sobre a aproximação com Cuba, Hélio Silva (1984, p.197) revela que por trás da polêmica condecoração de Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961, situa-se a conversa ocorrida no gabinete presidencial entre o ministro da economia cubana e o presidente Jânio Quadros. O historiador revela que Guevara, agradecido pela não aderência do Brasil à invasão da Baía dos Porcos, concordou em libertar sacerdotes condenados ao fuzilamento por Fidel Castro. O ministro teria dito que, diante do pedido de Jânio, os padres seriam deportados para a Espanha. A condecoração, portanto, pode ser entendida como uma recompensa por serviços prestados. A crise decorrente desencadearia a renúncia de Jânio, seguida da conseqüente sucessão pelo vice, João Goulart, que, na ocasião, encontrava-se em regresso da viagem diplomática feita à Europa Oriental, URSS e China (VILLA, 2014, p. 25). De acordo com Koshiba e Pereira:

Para reforçar o ponto de vista dos conservadores, Goulart era citado com simpatia pelos jornais da União Soviética. Para piorar as coisas, quando Jânio renunciou, Jango encontrava-se em visita à China comunista, onde declarara, dirigindo-se ao líder do PC chinês, Mao Tsé-tung: "Congratulo-me com Vossa Excelência pelos triunfos obtidos pelo povo e o governo da República chinesa em sua luta heróica pelo progresso e pela elevação do padrão de vida do povo" (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p.507).

Foi nesse momento de transição entre os governos Jânio e Jango que, segundo Denise Rollemberg (2009, p.24), Cuba deu início ao financiamento de campos de treinamento de guerrilhas no Brasil:

O momento coincidia com o fim do governo Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses campos, na verdade,

fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco, “formados por alguns camponeses e, em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários vindos de Pernambuco”. Falava-se também em fazendas no Maranhão, em Mato Grosso, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Houve ainda o fornecimento de armas, dinheiro e orientação para a implantação da guerrilha. Apesar do fluxo constante de lideranças e militantes a Cuba, o treinamento seria dado no Brasil.

Em 16 de outubro de 1962, o ministro soviético de relações exteriores, Andriej Gromyko, afirmou ao Presidente norte-americano, J. F. Kennedy, que especialistas em agricultura haviam sido enviados para apoiar a modernização cubana. Naquele momento, mísseis balísticos com ogivas nucleares, além de aproximadamente 40 mil soldados, chegavam a ilha caribenha, oriundos da URSS (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.233). De acordo com Eliane Lobato (2019, p. 47), o presidente João Goulart chegou a ser solicitado por Kennedy contra a ameaça soviética:

[...] Kennedy argumentava que os mísseis representavam "grave ameaça ao hemisfério ocidental" e, posteriormente, ampliou o risco para "o futuro da humanidade e do planeta". Propunha uma ação conjunta entre o Brasil e os Estados Unidos, em uma carta em caráter "secreto". O documento, arquivado e digitalizado no CPDOC da FGV, no Rio, possui quatro páginas de explicações, 563 de documentos e 136 fotos. Jango negou a participação brasileira na intervenção militar em Cuba.

A crise dos mísseis, eclodida em 16 de outubro, encerrar-se-ia diplomaticamente em 28, mas suas consequências perdurariam. A simpatia popular pelos ideais da Revolução Cubana, em um país sem pena de morte como o Brasil, encontrou entraves perante as execuções empreendidas na ilha. Para contornar o problema, viu-se novamente necessário o emprego dos serviços de inteligência tchecoslovaco nas operações de imprensa (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.228). Ao final da crise dos mísseis, por meio da adesão de ativistas e organizações da América Latina, o Brasil via nascer a Frente Nacional de Apoio a Cuba (FNAC), de onde surgiria um movimento de proporção continental em defesa de Cuba.

Nesse sentido, a operação (a parte tcheca) teve muito êxito: foi executada com as mãos de brasileiros não-comunistas, nacionalistas com convicções democráticas [...] Foram engajadas na operação não só as rezidenturas da América Latina, mas também da Ásia e África (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.239 e 245).

Foi, possivelmente, a partir da 2ª Declaração de Havana, ainda em 1962, quando os cubanos buscavam manter oculto o transporte para treinamento na ilha, que o apoio da StB na viagem de regresso via capital da Tchecoslováquia,

mostrou-se útil. De Praga, os viajantes partiam para a Europa ocidental para então regressar à América. Segundo Kraenski e Petrilak (2017, p.416) a StB Tchecoslovaca fornecia-lhes novos documentos falsos ou corrigia aqueles que os viajantes levavam consigo para eliminar qualquer pista. No total, 1.123 pessoas teriam sido transportadas com o apoio da StB entre dezembro de 1962 e janeiro de 1970, sendo que 41 eram brasileiros (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.422).

De acordo com Denise Rollemberg (2009, p.18) Cuba teria treinado de dois a três mil guerrilheiros entre 1962 e 1967. Ao analisar o controle dos tchecos, é possível perceber que os brasileiros ocupavam a oitava posição dentre a quantidade de latino-americanos regressos da ilha. A primeira posição pertencia à Venezuela;

seguida de Argentina; Guatemala; e em quarto, a Colômbia (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.427). Entre os viajantes esteve Diógenes José de Carvalho; o anteriormente citado Alípio de Freitas; e José Anselmo dos Santos - o “cabo Anselmo”. A descoberta de campos de guerrilha vinculados a Cuba, também no interior do Brasil, indicam que o treinamento realizado na ilha caribenha foi exportado com êxito. Segundo Gaspari (2014, p.181):

No início de 1962, uma nova organização esquerdista recebera a bênção cubana. O Movimento Revolucionário Tiradentes planejava a montagem de um “dispositivo” militar espalhado por oito áreas de treinamento compradas em sete estados.

A afirmação vai de encontro ao afirmado por Rollemberg (2009, p.25) em *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*:

[...] em fins de 1962, o Serviço de Repressão ao Contrabando, por acaso, desbaratou o plano de formação de um campo de treinamento das Ligas, no interior de Goiás, Dianópolis. Pensando se tratar da entrada ilegal de eletrodoméstico [...].

De acordo com Rollemberg (2009, p.26), os vestígios encontrados, tais como armas e planos de implantações de guerrilhas, todas patrocinadas pelo regime cubano, levaram à prisão de militantes e desmobilização de outros focos. O evento, no entanto, exacerbou a desconfiança sobre a predisposição socialista de Jango, quando o presidente optou por remeter o material apreendido a Fidel Castro. De acordo com Flávio Tavares:

O ministro cubano despediu-se de Jango e tomou um avião da Varig para chegar ao México e, de lá, retornar a Havana. Nunca chegou, porém. Antes de aterrissar na escala em Lima, no Peru, o Boeing caiu e morreram todos os passageiros. A pasta de couro

em que o ministro Zepeda levava a documentação foi encontrada entre os destroços e entregue à CIA norte-americana, que divulgou os documentos num carnaval acusatório a Cuba pelas três Américas (TAVARES, 1999, apud ROLLEMBERG, 2009, p.26).

Com a desarticulação das ligas, ainda antes da queda de Jango, Cuba enxergaria em Brizola uma hipótese para a execução de seus planos no Brasil (ROLLEMBERG, 2009, p.31). Segundo Gaspari (2014, p.198) a aliança brizolista era entendida por Fidel como “a base que vira malbaratada por Francisco Julião”. Segundo Rollemberg (2009, p.20), ao longo do Regime Militar, um terceiro intermediador ainda seria escolhido: Carlos Marighella.

7. O TABULEIRO DA RUPTURA

Em setembro de 1963, durante 12 horas, centros estratégicos da capital federal foram ocupados por sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha em protesto contra o Supremo Tribunal que determinou a inelegibilidade de praças. Na ocasião, foram feitos reféns: o presidente da Câmara, um juiz do Supremo Tribunal e alguns oficiais. Segundo Stepan (1975, p.120):

Leonel Brizola, líder da esquerda radical, defendeu intensamente a justiça da revolta, como o fizeram também muitos líderes sindicais. [...] A revolta dos sargentos e uma série de acontecimentos menos sensacionais, mas, na opinião dos oficiais, igualmente ameaçadores, que culminaram afinal no motim naval do Rio de Janeiro, uma semana antes da revolução (e que Goulart tolerou, concedendo anistia aos amotinados), corroeram a congruência genérica da opinião civil e militar.

Segundo Jacob Gorender (2014, p.56 e p.67), sargentos e marinheiros de fato estreitaram relações com o discurso de Brizola, que passou a articular a organização de grupos de ação armada, batizados de Grupos dos Onze. Para uma parcela da oficialidade, a resultante indisciplina crescente colocava em questão a sobrevivência organizacional da instituição (GORENDER, 2014, p.61). De acordo com Gaspari (2014, p.93), desde 1961, quando sargentos foram empregados para garantir a posse de Jango, algumas Organizações Militares viviam “sob uma espécie de duplo comando”, com sargentos que não cumpriam suas escalas de guarda e administravam “paióis particulares”.

O general R1 Flávio Oscar Mauer relata a realidade de um quartel de São Leopoldo-RS, o 19º RI, às vésperas de março de 1964:

"Como fazer quando você estava de oficial de dia? Procurava-se,

primeiro, saber qual a posição do Adjunto, bem como do Cmt Gda e, depois, dos Sargentos de Dia das subunidades para se ter um pouco mais de tranquilidade ou, quem sabe, mais tensão. Dormir no quarto do oficial de dia, jamais. O Oficial de dia entrava no quarto, chaveava a porta, abria a janela, saltava-a e ia passar o resto da noite em outro lugar (USTRA, 2007, p.106).

Em outubro de 1963, o estado de sítio solicitado por Jango, seria, segundo Villa (2014, p.41), o primeiro passo para um golpe de Estado “nos moldes de 1937” conforme plano exposto pelo próprio presidente em diversas reuniões. Ainda que a manobra tenha levado ao isolamento do presidente, o temor partilhado pelas Forças Armadas e pelo setor privado do que julgavam ser o crescimento de uma ameaça comunista no Brasil, serviu para o fortalecimento de laços entre aqueles que defendiam um “plano de golpe defensivo”(STEPAN, 1975, p.179):

Este plano discutia medidas que os oficiais deviam tomar no caso de Goulart seguir caminhos que as Forças Armadas consideravam ilegais. O rótulo de defensivo dado a esta conspiração aumentou sua capacidade de angariar apoio. (STEPAN, 1975, p.139).

Já em 13 de março de 1964, o comício da Central no Rio de Janeiro, difundido por rádio e televisão, seria o modelo para uma série de outros comícios a serem empreendidos por Jango até o primeiro de maio (NAPOLITANO, 2019, p.54). Na ocasião, estiveram presentes 150 mil pessoas (Carvalho, 2020, p. 176), entre as quais, portadores de faixas como “Cadeia para os gorilas”; “Os trabalhadores querem armas para defender o governo”; “Jango, assine as reformas que nós faremos o resto”; e “Jango, assine o atestado de óbito do Lacerda (VILLA, 2014, p.45). Foram, no entanto, as críticas à Constituição que acabariam por reforçar o discurso da oposição. Segundo Alfred Stepan (1975, p.143), o presidente:

[...] Exigiu que a constituição fosse reformada por ser obsoleta, pois "legalizava uma estrutura econômica injusta e desumana". Seu cunhado, Leonel Brizola, foi além, afirmando que o Congresso havia perdido "toda identificação com o povo"; propugnava o estabelecimento de um "congresso composto de camponeses, operários, sargentos e oficiais nacionalistas".

A resposta ao comício veio com a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 19 de março – Dia de São José, padroeiro da família – quando meio milhão de pessoas ocuparam as ruas de São Paulo, empunhando cartazes de teor anticomunista e contrários ao governo (NAPOLITANO, 2019, p.56). O caráter religioso da manifestação se faz relevante quando considerado que naquele Brasil de 70 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE³⁴, 93% identificavam-se como católicos e 4.3% como evangélicos. De acordo com a professora Aline Presot (2004,

p.15) a marcha também representava o apelo da sociedade civil às Forças Armadas para uma intervenção "moralizadora" das instituições, afastando do país o perigo comunista, entendido como iminente. Quanto a organização da marcha, afirma o professor Marcos Napolitano (2019, p.56):

Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiram no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve o apoio de mais de 100 entidades civis.

Para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p.444), além de "resposta ao comício da Central do Brasil" a marcha tinha, de fato, a proposta de projetar o pedido da sociedade à intervenção das Forças Armadas. Quanto a reação do presidente, no entanto:

Por conta da excessiva autoconfiança, nem Goulart nem a coalizão das esquerdas ligaram para o fato de meio milhão de pessoas saírem às ruas, na cidade mais importante do país, para protestar – "isso não é povo", desdenharam (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.444).

Ainda que poucos militares creditssem a Goulart o título de comunista, para Alfred Stepan (1975, p.116) "muitos temiam que fosse um homem fraco que se apoiaria nos comunistas para dar um golpe, e depois não teria forças para controlá-los". Um dia após a marcha, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castello Branco, emitiu uma circular reservada aos comandantes das Organizações Militares, onde reforçava que "os meios militares nacionais e permanentes não são para defender programas de governo, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e aplicação da lei" (LOBATO, 2019, p. 25).

Enquanto Prestes restabelecia ligações com o Kremlin tendo comunicado, em fevereiro, ao primeiro-ministro soviético Nikita Kruchev, a existência de generais do Alto Comando do Exército no PCB (GASPARI, 2014, p.80); Brizola, então deputado pelo Estado da Guanabara, reunia, em 24 de março, o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, onde avaliava, na presença de líderes dos sargentos e marinheiros:

[...] as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da direita. No caso da iniciativa janguista [...] decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução (GORENDER, 2014, p.70).

Em 25 de março de 1964, um protesto pela reforma do código disciplinar da Marinha levou dois mil marinheiros a rebelarem-se no prédio do sindicato dos

metalúrgicos do Rio de Janeiro. Os fuzileiros navais encarregados de reprimir a rebelião acabaram aderindo à causa. Segundo Marcos Napolitano (2019, p.58):

Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados. Proibiu a invasão do prédio, o que causou a renúncia do ministro da Marinha. Em seguida, após um acordo ordenou a prisão dos amotinados, enquanto preparava sua anistia, realizada em ato contínuo.

Segundo o historiador, é consenso da historiografia que o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes que o próprio governo patrocinava o colapso da hierarquia e disciplina nos quartéis. A rebelião de marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, seria a última aquartelada antes da ruptura, a partir da qual, não por acaso, dar-se-ia o expurgo de 1312 militares, sendo 574 oficiais e 738 praças (CARVALHO, 2020, p.168).

Em seu último discurso, na noite de 30 de março, no Automóvel Clube, perante uma solenidade de sargentos da Polícia Militar e das Forças Armadas, Jango tivera três opções de textos para ler. “Divertiu-se”, segundo Gaspari (2014 p.66), quando um amigo selecionou o mais moderado: “Viera de Luiz Carlos Prestes”. Sobre a sequência de eventos, José Murilo de Carvalho (2020, p.179) afirma que:

A atitude do presidente diante dos movimentos dos sargentos e marinheiros era tudo o que faltava para que os conspiradores militares conseguissem o apoio da maioria de oficiais que hesitava em aderir a seus planos. Corroer as bases da disciplina era inaceitável para qualquer oficial, mesmo para os que apoiavam as reformas propostas pelo presidente.

Sobre a possibilidade de contra-resposta ao movimento de março de 1964, sabemos, por Fausto (2008, p.461), que Brizola tentou, sem sucesso, mobilizar tropas no Rio Grande do Sul. Já no dia 1º, em Brasília, membros dos Grupos dos Onze organizaram uma operação de cadastramento para a montagem de uma milícia popular:

[...] A cada um pediu-se que preenchesse uma ficha em que devia informar nome, endereço e profissão. Receberiam instruções e armas no dia seguinte, num núcleo de colonização rural nas cercanias da cidade. O cadastro foi levado para o Sindicato dos Servidores Cívicos (GASPARI, 2014, p.88).

Segundo Glauco Carneiro (1989, p.506), seria posteriormente constatada a existência de 1.298 desses grupos, em todo o Brasil. À noite, Prestes indagava ao brigadeiro Francisco Teixeira sobre a possibilidade de bombardear o palácio da Guanabara, obtendo como resposta que seu antigo apoio já havia “passado para o outro lado” (GASPARI, 2014, p.88).

Ainda no Rio, o CENIMAR estourou uma série de aparelhos que abrigavam marinheiros ligados à POLOP. Quarenta pessoas foram presas, todas ligadas ao evento que ficaria conhecido como “guerrilha de Copacabana”. Os remanescentes se organizaram com Brizola no Uruguai, onde seria colocado em prática a primeira etapa da Guerrilha de Caparaó (RIDENTI; FILHO, 2002, p.195).

Logo em 12 de abril, Praga seria informada da existência de uma reação armada sendo articulada pelo Partido Comunista Brasileiro:

O levante organizado pelos refugiados políticos deveria estourar em 26 de novembro de 1964, mas o serviço de informações do exército descobriu esses preparativos e o mensageiro de Goulart foi preso na tentativa de passar pela fronteira. (KRAENSKI; PETRILAK, 2017, p.357-358).

Quanto ao argumento de que as guerrilhas objetivavam uma proposta de resistência ao regime autoritário que se implantava, ao estudar as organizações clandestinas de esquerda dos anos 1960, a partir dos próprios documentos por elas produzidos, Elio Gaspari (2014, vol.2, p.197-198) constatou a falta de uma proposta democrática ou que mencione o restabelecimento de liberdades:

Documentos de dez organizações armadas, coletados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, mostram que quatro propunham a substituição da ditadura militar por um “governo popular revolucionário” (PCdoB, Colina, PCBR e ALN). Outras quatro (Ala Vermelha, PCR, VAR e Polop) usavam sinônimos ou demarcavam etapas para chegar àquilo que, em última instância, seria uma ditadura da vanguarda revolucionária. Variavam nas proposições intermediárias, mas, no final, de seu projeto resultaria um “Cubão”.

8. FORÇAS ARMADAS E A HIPÓTESE DE PODER MODERADOR

Adquirida a compreensão mínima necessária sobre os efeitos que circundam a Guerra Fria no Brasil, é chegada a hora de analisar a legitimidade da ação adotada pelas Forças Armadas: o movimento de tropas que, apoiado por parcela da sociedade civil, resultou na deposição do então presidente João Goulart e, posteriormente, em vinte e um anos de governos militares. Para tanto, um breve retorno ao passado se faz necessário, desta vez, ao Brasil Imperial.

Em março de 1824, a primeira Constituição brasileira foi outorgada trazendo consigo uma novidade: o poder moderador. Por meio deste, o Imperador interviria nos demais poderes constitucionais, nos casos em que exigisse “a salvação do Estado”, como dispunha o art. 101 (BRASIL, 1824).

Com a queda do Império, advinda de uma ação militar, e a consequente promulgação da Constituição Republicana de 1891, o poder moderador era

formalmente extinto, embora, na prática, seu emprego, ao longo do século XX, continuasse a ser “tacitamente” identificado, permeando interferências empreendidas por aquela que outrora agira como mera ferramenta executória deste mesmo poder: as Forças Armadas (TORRES, 2017, p.85).

A finalidade do poder moderador foi definida pelo Visconde do Uruguai (1862, apud TORRES, 2017, p. 84), em seu Ensaio do Direito Administrativo:

O Poder Moderador não tem por fim, nem tem nas suas atribuições, meios para constituir nada de novo. Não é poder ativo. Somente tem por fim conservar, moderar a ação, restabelecer o equilíbrio, manter a independência e harmonia dos mais poderes, o que não poderia fazer se estivesse assemelhado, refundido e na dependência de um deles.

A despeito do parecer da Câmara de Deputados (ARAÚJO, 2020), que nega o vínculo constitucional das Forças Armadas com o poder moderador, é possível constatar que, para além do imaginário popular, essa interpretação se fez presente na historiografia sobre o assunto. De acordo com João Camilo de Oliveira Torres, as Forças Armadas,

[...] são o Poder Moderador da República. Compete-lhes intervir quando um governo não consegue manter a ordem ou lança o país em rumos perigosos à segurança nacional. O raciocínio é lógico: como cabe às forças armadas zelar pela segurança nacional, elas devem agir se o próprio governo, por ação ou omissão, põe em risco a segurança nacional (TORRES, 2017 p. 84).

Ainda que cogite a hipótese do emprego moderador militar, o autor problematiza a margem de subjetividade advinda da abrangência interpretativa “do que é risco e o que não é” no pensamento das Forças Armadas: tratar-se-ia, na prática, tal pensamento, do coletivo da tropa ou do que pensa o ministro da Guerra? (TORRES, 2017, p.84).

Ao pesquisar sobre os modelos de relação civil-militar existentes, o cientista político Alfred Stepan (1975, p.50) também analisou o emprego de caráter moderador das Forças Armadas no Brasil:

Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo, e à transferência do poder político para grupos alternativos civis alternativos.

Stepan (1975, p.52) enfatiza o caso brasileiro como detentor de uma

peculiaridade na relação civil-militar de caráter moderador, dado a tradição monárquica e consequente familiaridade institucional e popular com a moderação de poder. Sucessor a este, o fenômeno da intervenção militar “sancionada” por grupos civis, esteve profundamente enraizado no próprio sistema político, não apenas do Brasil mas também da América Latina. Stepan (1975, p.54) pontua que o próprio João Goulart, “apesar de ter sido deposto por eles [...], em nenhum momento pretendeu que permanecessem fora da política.” Ao contrário: o presidente, em mais de uma ocasião, buscara na dissuasão militar a concretização de interesses políticos, como, por exemplo, na campanha de antecipação ao plebiscito que acabaria com o parlamentarismo e na polêmica trama pela prisão de seu opositor, Carlos Lacerda, noticiada no Jornal do Brasil, edições de 20 a 25 de novembro de 1963 (MOTTA, 2003, p.244-249).

É legitimado no artigo 177 da Constituição Federal de 1946, que, no exame dos professores Silveira e Carvalho (2016, p.22), a ação militar em março de 1964 obteve seu resguardo. Diz o artigo apontado pelos autores de *Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram*, que as Forças Armadas destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (BRASIL, 1946). Ao comparar o emprego constitucional das Forças Armadas segundo as diferentes constituições que o abordam, José Murilo de Carvalho (2020, p.23) destaca a responsabilidade civil na atribuição política conferida às Forças Armadas ao longo da história:

Chega a ser chocante constatar que a atribuição de papel político às Forças Armadas é prevista em cinco de nossas sete Constituições feitas depois da independência. Ela só não aparece nas constituições imperial de 1824 e do Estado Novo de 1937, ambas outorgadas, isto é, não feitas por assembleias constituintes.

O autor ressalta que, embora a própria Constituição Federal de 1988 reitere a missão de “garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa destes, garantir a lei e a ordem”, o exercício do papel de *garantir os poderes constitucionais “dispensa” a iniciativa de qualquer deles*, só exigida para a tarefa de manter a lei e a ordem.

Não apenas contemporâneo mas também testemunha dos eventos de 1964, José Murilo, então aluno do curso de sociologia e militante na Ação Popular (AP), confessa o estado de surpresa que o acometeu nos meses que sucederam março: até aquele momento, acreditava-se que o socialismo estava “ao alcance de nossas mãos” (CARVALHO, 2020, p.10). Para o sociólogo, de fato, a atribuição constitucional conferida às Forças Armadas,

[...] muito se aproxima do papel do poder moderador previsto no artigo 98 da Constituição de 1824, qual seja, o de velar sobre “a

manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos poderes políticos". É como se a República desconfiasse de sua capacidade de exercer o autogoverno civil e entregasse às Forças Armadas o papel político de tutela (CARVALHO, 2020, p. 25).

Por fim, quanto a ruptura institucional promovida em março de 1964, de acordo com Carvalho (2020, p. 172), duas surpresas se deram no campo da esquerda e da direita: a facilidade da vitória e o controle assumido pelos militares após a intervenção, diferindo-se, portanto, do que o autor define "estilo cirúrgico" evidenciado nos anos de 1930, 1945, 1954, 1955 e 1961, quando as intervenções foram sucedidas pela imediata entrega ao poder civil. Em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional imposto pelo autointitulado Comando Supremo da Revolução, seria o primeiro de uma série de atos a assegurar essa modificação. Para Stepan (1975, p.93), ao não limitarem-se a deposição do chefe do executivo, os militares assumiram o poder político do país, ultrapassando os limites do padrão moderador que até então lhes fora delegado.

[...] o conjunto do sistema político sofrera uma "mudança radical", que mergulhava suas raízes em profunda alteração da ideologia: os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política (STEPAN, 1975, p.93).

Não obstante, ainda no âmbito dos estudos desenvolvidos por Stepan (1975, p.13), é possível perceber que, extrapolando a defesa do caráter intermediador, havia, nos anos 60, um escopo teórico, que advogava em prol do emprego de militares na direção e condução do Estado. Para Stepan esta escola de estudiosos "sensibilizou observadores políticos para o fato de que, em certas circunstâncias, os militares podem contribuir para o desenvolvimento". A seguir, duas citações contemplam esse pensamento representado pelos antagônicos lados da Guerra Fria:

Em sua análise do Sudeste Asiático, Guy Pauker fez observações sobre os "hábitos de disciplina, a organização hierárquica e o comando responsável" do militar. Insistiu ainda: "Precisamos descobrir meios de utilizar a força de organizacional dos exércitos nacionais e o potencial de liderança de seus oficiais como núcleos temporários de integração nacional" (STEPAN, 1975, p.13).

Já no âmbito da política latino-americana, o professor John J. Johnson, comenta:

Até que surjam quadros responsáveis de administradores civis, as Forças Armadas como grupos coesos serão tão competentes quanto qualquer outro grupo ligado à política nacional. Além disso, durante a próxima década, serão a instituição mais adequada para assegurar continuidade política em seus países. Em alguns casos, estabelecer-se-ão como baluartes da ordem e da segurança em quaisquer outras sociedades anárquicas (JOHNSON, 1964, apud

STEPAN, 1975, p.13).

Figurando como um modelo adequado, o Brasil forneceria o caso de teste para uma escola defensora das potencialidades militares, direcionadas para a condução do Estado e do desenvolvimento econômico (STEPAN, 1975, p. 155). Ficará para uma outra oportunidade de estudo, esquadrihar prováveis veículos por meio dos quais essas ideias podem ter chegado ao Brasil, figurando, como uma das hipóteses, a própria Escola Superior de Guerra (ESG) esplanada no presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as dificuldades de pesquisas bibliográficas - sintetizadas na afirmação de Gaspari (2014, p.39) de que para cada dez livros de memórias e biografias de opositoristas, publicou-se apenas um sobre a perspectiva militar - é possível concluir que, para além das conspirações de aspecto econômico empreendidas no seio do IBAD e IPES, a articulação que levaria à ruptura institucional - materializada pelo deslocamento de tropas em 31 de março, seguida da deposição do presidente pelo congresso em 2 de abril - teve entre seus indicadores o fator da segurança nacional.

Perpassando a análise de diferentes autores como Lilia Schwarcz, Heloisa Starling e Boris Fausto, atestamos que a representatividade política, lentamente adquirida pelo Exército a partir da Guerra do Paraguai, ofereceu a gênese para as interpretações, desenvolvidas já no século XX, sobre um hipotético poder moderador - abordado neste artigo por meio de autores como José Murilo de Carvalho, João Camilo de Oliveira Torres e, já no contexto de Guerra Fria, o brasilianista Alfred Stepan.

O processo de desenvolvimento das Forças Armadas, com sua destinação constitucional de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, contrasta com a linha de expansão comunista então propagada por países como URSS, China e Cuba, onde, notadamente, a violação dos poderes constitucionais foi concêntrica. A tentativa de infiltração nas Forças Armadas, assentada nas diretrizes da III Internacional Comunista, em 1920, acabou por possibilitar a Intentona de 1935 e, por conseguinte, consolidar o viés anticomunista na doutrina militar, logo agravado pela Guerra Fria. Se a expulsão holandesa forneceu o mito da criação do exército e a Guerra do Paraguai, seus heróis; a Intentona Comunista engendrou um inimigo.

Por fim, a aproximação bélica com os EUA no contexto do pós-guerra; a criação da ESG; e a propagação de uma escola econômica que apostava no militarismo dirigente de estado, foram fatores que, no mínimo, circundam o

pensamento militar brasileiro no contexto de 1964. As investidas comunistas, protagonizadas no âmbito dos serviços de inteligência, principalmente pela URSS, via Tchecoslováquia; e no âmbito bélico, pelo apoio de Cuba à luta armada no Brasil, são também fatores a serem considerados naquela conjuntura.

A trajetória de emprego moderador das Forças Armadas culmina, portanto, na intervenção de maior impacto e mais traumática, aquela que, segundo Alfred Stepan (1975, p.93), romperá enfim com o padrão moderador, por retirar as Forças Armadas dos bastidores para, diferente de quando transmitiam o poder a quem julgavam de direito, alto-incumbirem-se da condução política do país.

É possível concluir que a promessa comunista, em suas diferentes manifestações práticas, evidenciou-se incompatível com as instituições a serem asseguradas pelas Forças Armadas, mais do que isso, forneceu o argumento antagônico ao emprego moderador das Forças Armadas: uma ameaça concreta tanto à defesa da pátria, quanto à garantia dos poderes constitucionais. O quadro político brasileiro apontado por Stepan (1975, p.113) - permeado pelo "sentimento de que o sistema era incapaz de satisfazer as reivindicações e de que a legitimidade do regime constitucional estava declinando" - foi acentuado pela interferência externa em suas variantes norte-americana, soviética, chinesa ou, de forma mais direta, a investida cubana - tudo antes do fatídico 31 de março de 1964. Nesta senda, vale retomar Denise Rollemberg (2009, p.26) quando a professora atesta que a descoberta das guerrilhas, ainda em 1962, contrapõe a versão difundida de que a luta armada foi uma resposta ao regime implantado em 1964.

Se para Motta (2002, apud TEIXEIRA, 2014, p.158) o anticomunismo, fora "o principal argumento do discurso que levou ao golpe de 31 de março de 1964", é possível acrescentar que esse mesmo pensamento anticomunista não surgira com a Guerra Fria; mas, por esta, fora agravado. Ainda que essencial para a compreensão da totalidade, não foi objeto do presente trabalho o estudo das circunstâncias em que se deu, em território brasileiro, a revelação sobre as milhões de mortes cometidas em nome da causa comunista nos países em que se buscou viabilizá-la. Sabe-se, no entanto, que, a despeito da difusão tardia dos dados, a produção científica e cultural que antecedeu a queda formal do socialismo e a dissolução da URSS, pouco foi revisada, marcando o século findado pela forte produção intelectual marxista, nas suas diferentes vertentes. Este tema, no entanto, é suficiente para outro estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES PRESOT, Aline. **As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Orientador: Carlos Fico. 2004. 150 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/9817>. Acesso em: 16 ago. 2022.

AQUINO, Rubim (Org.). **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 16 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.

BLANC, Claudio. **Primeira guerra mundial: a guerra que acabaria com todas as guerras**. Barueri, SP: Camelot, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar**. Brasília, 4 jun. 2020.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CARNEIRO, Glaucio. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2020.

CARVALHO, Ferdinando de. **Lembra-vos de 35!**. [S. l.]: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTRO, Celso (org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

COURTOIS, Stéphane et al. **O Livro Negro do Comunismo**. 22^o edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. Comunismo e Forças Armadas: uma relação dialeticamente conflituosa. Mouro: **Revista Marxista**, v.5, n.3, p.105-116, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115331>.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José da. **Teoria da história**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GASPARI, Elio. **1. A ditadura envergonhada: As Ilusões Armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GASPARI, Elio. **2. A ditadura escancarada: As Ilusões Armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GILBERT, Martin. **A história do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **A Intentona Comunista de 1935 em poucas palavras**. [S. l.], 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/front/noticia/31269/Caminha---A-INTENTONA-COMUNISTA-DE-1935-EM-POUCAS-PALAVRAS/#:~:text=O%20saldo%20da%20Intentona%20Comunista,e%20500%20mutilados%20e%20feridos>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. rev. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GORDON, Flávio. **A corrupção da inteligência: intelectuais e poder no Brasil**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- KRAENSKI, Mauro Abranches; PETRILAK, Vladimir. **1964 - O Elo Perdido: O Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista: o Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista**. 1ª edição. ed. [S. l.]: Vide Editorial, 2017.
- KATAOKA, Carlos (ed.). **Comunismo e Guerra Fria: conflitos & revelações**. São Paulo: Discovery, 2012.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil: no contexto da história ocidental**. 8. ed. rev. atual. e aum. São Paulo: Atual, 2003.
- LOBATO, Eliane. **João Goulart: o último civil**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019.
- MOCELLIN, Renato. **Guerrilha ou terror?: As reações armadas ao regime de 64**. [S. l.]: Editora do Brasil, 1999.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (org). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Tomo 5. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- NETO, Lira. **Castello: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OLIVEIRA, Natalia vial de. A intentona comunista na bibliex: em guarda contra o comunismo. **Encontro regional da ANPUH-Rio: memória e patrimônio**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732226_ARQUIVO_Aln_tento naComunistanaBibliex.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

- PIPES, Richard. **O Comunismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.
- PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2021.
- RIDENTI, Marcelo; FILHO, Daniel Aarao Reis (org.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Unicamp, 2002. v. 5.
- ROLLEMBERG, Denise. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro**. 1ª edição. ed. [S. l.]: Mauad X, 2009.
- SANT'ANNA, Pietro. **Hermes da Fonseca: um mandato, duas revoltas**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019.
- SANT'ANNA, Pietro. **Costa e Silva e a junta militar**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª edição. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 2015.
- SERVICE, Robert. **Camaradas: uma história do comunismo mundial**. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2021.
- SILVA, Hélio. **O poder militar**. 3. ed. São Paulo: L&PM, 1987.
- SILVEIRA, Itamar Flávio da; CARVALHO, Suelem. **Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2016.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas Forças Armadas brasileiras: 1935-1985. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], 2014. DOI 10.5433/2176-6665.2014v19n1p151. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19861>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretações da Realidade Brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3. ed. Brasília: Editora Ser, 2007.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. 2. ed. atual. São Paulo: Scipione, 2009.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.
- WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.